

A DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR EM TOLEDO (PR) NO CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 2006 E 2017

Leandro José de Oliveira¹
Milene Castagna²
Kristianno Fireman Tenório³
Mirian Beatriz Schneider⁴

Resumo:

Este artigo analisa a dinâmica da agricultura familiar no município de Toledo, localizado na região Oeste do Paraná, com base nos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. O objetivo é caracterizar a estrutura dos estabelecimentos de agricultura familiar e identificar as principais transformações ocorridas nesse segmento em um contexto de forte presença do agronegócio. A pesquisa adotou uma abordagem metodológica que combinou revisão bibliográfica sobre a agricultura familiar no Brasil e análise de dados secundários provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados revelam uma retração significativa no número de estabelecimentos de agricultura familiar e na área ocupada por esses produtores, indicando processos de concentração fundiária e fortalecimento da agricultura convencional. Observou-se também o envelhecimento da população rural, a diminuição da sucessão geracional, a ampliação ainda tímida da participação feminina na direção dos estabelecimentos e o aumento do uso de agrotóxicos, inclusive entre agricultores familiares. Tais tendências apontam para a homogeneização dos padrões produtivos em direção ao modelo agroindustrial, com impactos relevantes sobre a sustentabilidade social, econômica e ambiental da agricultura local. A análise evidencia que a agricultura familiar em Toledo enfrenta desafios estruturais para sua manutenção e fortalecimento, exigindo a implementação de políticas públicas que incentivem a diversificação produtiva, o acesso a crédito e assistência técnica, a adoção de práticas agroecológicas e o estímulo à sucessão rural. Conclui-se que a consolidação de uma agricultura familiar sustentável é fundamental não apenas para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural local, mas também para a promoção de um modelo agrícola mais equilibrado e resiliente frente às pressões do mercado.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Estrutura fundiária; Dinâmica rural; Desenvolvimento sustentável; Censo agropecuário.

LA DINÁMICA DE LA AGRICULTURA FAMILIAR EN TOLEDO (PR) EN EL CONTEXTO REGIONAL Y NACIONAL: UN ANÁLISIS COMPARATIVO DE LOS CENSOS AGROPECUARIOS DE 2006 Y 2017

Resumen:

Este artículo analiza la dinámica de la agricultura familiar en el municipio de Toledo, ubicado en la región Oeste del estado de Paraná, a partir de los datos de los Censos Agropecuarios de 2006 y 2017. El objetivo es caracterizar la estructura de los establecimientos de agricultura familiar e identificar las principales transformaciones ocurridas en este segmento, en un contexto marcado por la fuerte presencia del agronegocio. La investigación adoptó un enfoque metodológico que combinó la revisión bibliográfica sobre la agricultura familiar en Brasil y el análisis de datos secundarios proporcionados por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE). Los resultados revelan una retracción significativa en el número de establecimientos familiares y en el área ocupada, lo que indica procesos de concentración de tierras y fortalecimiento de la agricultura convencional. También se observó el

¹ Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/Toledo. Bolsista de Pós-Graduação Capes. E-mail: leandro.oliveira29@unioeste.br.

² Graduanda em Ciências Sociais e bolsista pelo programa de bolsas de iniciação científica e iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – PGDRA/Unioeste/Toledo. E-mail: milenecastagna0@gmail.com.

³ Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/Toledo. Bolsista de Pós-Graduação Capes. E-mail: kristianno20@hotmail.com.

⁴ Doutora em História Econômica pela Universidad de León/Espanha (2003). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – PGDRA/Unioeste/Toledo. E-mail: mirian.braun@unioeste.br.



envejecimiento de la población rural, la disminución de la sucesión generacional, la aún tímida ampliación de la participación femenina en la dirección de los establecimientos y el aumento en el uso de agroquímicos, incluso entre los agricultores familiares. Estas tendencias apuntan a una homogeneización de los patrones productivos hacia el modelo agroindustrial, con impactos relevantes en la sostenibilidad social, económica y ambiental de la agricultura local. El análisis evidencia que la agricultura familiar en Toledo enfrenta desafíos estructurales para su mantenimiento y fortalecimiento, exigiendo políticas públicas que fomenten la diversificación productiva, el acceso al crédito y a la asistencia técnica, la adopción de prácticas agroecológicas y el estímulo a la sucesión rural. Se concluye que consolidar una agricultura familiar sostenible es fundamental no solo para la seguridad alimentaria y el desarrollo rural local, sino también para la promoción de un modelo agrícola más equilibrado y resiliente frente a las presiones del mercado.

Palabras clave: Agricultura familiar; Estructura agraria; Dinámica rural; Desarrollo sostenible; Censo agropecuario.

THE DYNAMICS OF FAMILY FARMING IN TOLEDO (PR) IN THE REGIONAL AND NATIONAL CONTEXT: A COMPARATIVE ANALYSIS OF THE 2006 AND 2017 AGRICULTURAL CENSUSES

Abstract:

This article analyzes the dynamics of family farming in the municipality of Toledo, located in the western region of Paraná State, based on data from the 2006 and 2017 Agricultural Censuses. The objective is to characterize the structure of family farming establishments and to identify the main transformations within this sector, in a context marked by the strong presence of agribusiness. The research adopted a methodological approach that combined a literature review on family farming in Brazil with an analysis of secondary data provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The results reveal a significant decrease in the number of family farming establishments and the area they occupy, indicating processes of land concentration and the strengthening of corporate agriculture. The study also identified the aging of the rural population, the decline in generational succession, the still modest increase in female participation in farm management, and the growing use of pesticides, even among family farmers. These trends point to the homogenization of production patterns towards an agro-industrial model, with significant impacts on the social, economic, and environmental sustainability of local agriculture. The analysis highlights that family farming in Toledo faces structural challenges to its maintenance and strengthening, requiring public policies that promote productive diversification, access to credit and technical assistance, the adoption of agroecological practices, and encouragement of rural succession. It concludes that consolidating sustainable family farming is essential not only for food security and local rural development but also for promoting a more balanced and resilient agricultural model in the face of market pressures.

Keywords: Family farming; Land structure; Rural dynamics; Sustainable development; Agricultural census.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é um dos pilares da produção de alimentos e da organização social no campo brasileiro. Historicamente marginalizada por políticas públicas e pelo modelo de modernização agrícola baseado na concentração fundiária, a agricultura familiar passou a ser reconhecida como uma categoria produtiva distinta e estratégica para o desenvolvimento rural sustentável, sobretudo após a promulgação da Lei nº 11.326/2006, que estabeleceu critérios legais para sua identificação (Bueno; Freres Stipp; Rodrigues, 2022).

Desde então, o segmento tem se destacado não apenas pelo volume de produção, mas também pela sua capacidade de gerar empregos, conservar recursos naturais e articular práticas agrícolas com saberes tradicionais e inovações adaptadas à realidade local (Grisa; Schneider, 2015).

Apesar de seu papel central, a agricultura familiar enfrenta desafios estruturais persistentes, como a redução do número de estabelecimentos, o envelhecimento da população rural, a dificuldade de sucessão geracional e a crescente pressão exercida por modelos produtivos intensivos e mecanizados (Lima; Silva; Iwata, 2019; Luna; Klein, 2019). Esses processos têm provocado transformações profundas na configuração do espaço agrário



brasileiro, demandando análises empíricas que identifiquem com precisão as tendências de reconfiguração socioprodutiva da agricultura familiar nas últimas décadas.

Nesse contexto, os dados dos Censos Agropecuários realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2006 e 2017 oferecem uma base sólida para análises comparativas que permitam compreender, com maior acurácia, a trajetória recente da agricultura familiar em diferentes escalas territoriais. O uso de informações censitárias é fundamental para verificar alterações estruturais nos estabelecimentos, nas práticas produtivas e nas condições sociais dos produtores, permitindo uma leitura qualificada sobre os impactos do avanço do agronegócio nas realidades locais.

Este estudo toma como referência o município de Toledo, localizado na região Oeste do Paraná, por se tratar de um território emblemático da agroindustrialização brasileira. Reconhecido oficialmente como a “Capital Paranaense do Agronegócio”, Toledo lidera o Valor Bruto da Produção Agropecuária do estado, com forte presença de cadeias produtivas voltadas à suinocultura, avicultura, piscicultura, produção de grãos e agroindústrias de grande porte, como a BRF (Brasil, 2023; Correa *et al.*, 2022). Tal configuração posiciona o município como um caso exemplar para se investigar os efeitos do avanço agroindustrial sobre os sistemas de produção familiar.

Diante desse cenário, este artigo propõe-se a responder à seguinte questão de pesquisa: como evoluiu a estrutura da agricultura familiar no município de Toledo-PR entre 2006 e 2017, em um contexto regional e nacional marcado pela expansão do agronegócio e pelas transformações socioeconômicas no campo? Para isso, tem-se como objetivo caracterizar e analisar a estrutura produtiva dos estabelecimentos de agricultura familiar no município, a partir de dados dos Censos Agropecuários do IBGE, com atenção a variáveis como número de estabelecimentos, área ocupada, força de trabalho, perfil etário e de gênero dos produtores, principais produtos agrícolas e uso de agrotóxicos.

Além desta introdução, o artigo organiza-se em três seções: a primeira apresenta os materiais e métodos utilizados na coleta e análise dos dados; a segunda contextualiza conceitualmente a agricultura familiar e a inserção de Toledo no sistema agroindustrial e a terceira discute os resultados observados, encerrando com considerações finais e proposições para o fortalecimento da agricultura familiar diante dos desafios contemporâneos.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo combinou análise bibliográfica e levantamento de dados secundários, com o objetivo de compreender a estrutura fundiária, a regularização fundiária, a agricultura familiar e as transformações captadas pelos Censos Agropecuários. A pesquisa foi conduzida em duas etapas complementares.

A primeira etapa consistiu na seleção e análise de artigos acadêmicos e documentos científicos publicados, majoritariamente, entre os anos de 2019 e 2025. Foram incluídos também estudos de anos anteriores, quando relevantes para o aprofundamento teórico da investigação. A busca bibliográfica foi orientada por palavras-chave específicas: "estrutura fundiária", "regularização fundiária", "agricultura familiar" e "censo agropecuário", aplicadas nos principais bancos de dados acadêmicos e plataformas de pesquisa científica (Gil, 2017).

A segunda etapa envolveu o levantamento e a sistematização de dados secundários provenientes de fontes oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com ênfase no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) (2006a, 2017f). Foram utilizados dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, o que possibilitou a construção de

um panorama abrangente sobre a evolução da agricultura familiar no município de Toledo-PR. A combinação entre análise bibliográfica e exploração de dados censitários possibilitou uma abordagem integrada, articulando as dimensões teóricas e empíricas da pesquisa.

Essa estratégia metodológica permitiu uma compreensão aprofundada das dinâmicas recentes que impactam a agricultura familiar em Toledo, no contexto das mudanças estruturais observadas no meio rural brasileiro.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente seção apresenta e interpreta os resultados obtidos a partir da análise comparativa dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, com foco na estrutura da agricultura familiar no município de Toledo, Paraná, e em suas escalas territoriais adjacentes: microrregião, mesorregião Oeste, estado e país. A análise está organizada em eixos temáticos que contemplam aspectos demográficos, produtivos, fundiários e sociais, permitindo uma compreensão abrangente das transformações ocorridas no setor.

3.1 Contextualização da Agricultura Familiar e a Inserção de Toledo no Agronegócio

A agricultura familiar no Brasil é resultado de um longo processo histórico que remonta à formação da sociedade rural no período colonial (Picolotto, 2014). Nesse contexto, pequenos agricultores desenvolveram sistemas de produção baseados na diversidade agrícola, na utilização da força de trabalho da própria família e na integração entre produção para autoconsumo e excedentes destinados ao mercado local.

Durante boa parte da história brasileira, a agricultura familiar permaneceu invisibilizada nas políticas públicas, sendo tratada como uma etapa transitória rumo à modernização, ou como uma prática arcaica, sem protagonismo no desenvolvimento rural (Grisa; Schneider, 2015). Essa visão começou a ser contestada a partir das décadas de 1970 e 1980, com a emergência de movimentos sociais rurais e de novas abordagens acadêmicas que reconheciam o papel estratégico dos pequenos agricultores.

O reconhecimento formal da agricultura familiar como categoria socioeconômica diferenciada ocorreu com a promulgação da Lei nº 11.326/2006 (Brasil, 2023). Essa legislação definiu critérios objetivos para identificar o agricultor familiar, como a predominância da mão de obra familiar, o tamanho reduzido da propriedade e a gestão do estabelecimento pelo núcleo familiar, marcando uma nova etapa na valorização desse segmento e sua institucionalização.

Essa institucionalização da agricultura familiar no marco jurídico brasileiro teve impactos importantes, ampliando seu acesso a políticas públicas específicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que buscaram promover a inclusão produtiva e a segurança alimentar (Grisa; Schneider, 2015). Em Toledo, o fornecimento regular de alimentos por agricultores familiares para a Cozinha Social vinculada aos Restaurantes Populares representa um exemplo emblemático dessa articulação. Além de garantir mercado para os pequenos produtores, essa política ampliou sua capacidade de planejamento produtivo e favoreceu a geração de renda, demonstrando ser uma estratégia eficaz de inclusão socioprodutiva e de promoção do desenvolvimento regional (Schneider, 2022).

Já a modernização agrícola, baseada em pacotes tecnológicos que exigem elevados investimentos em mecanização e insumos, impôs barreiras adicionais à agricultura familiar, forçando muitos pequenos produtores a optarem por estratégias de pluriatividade, combinando

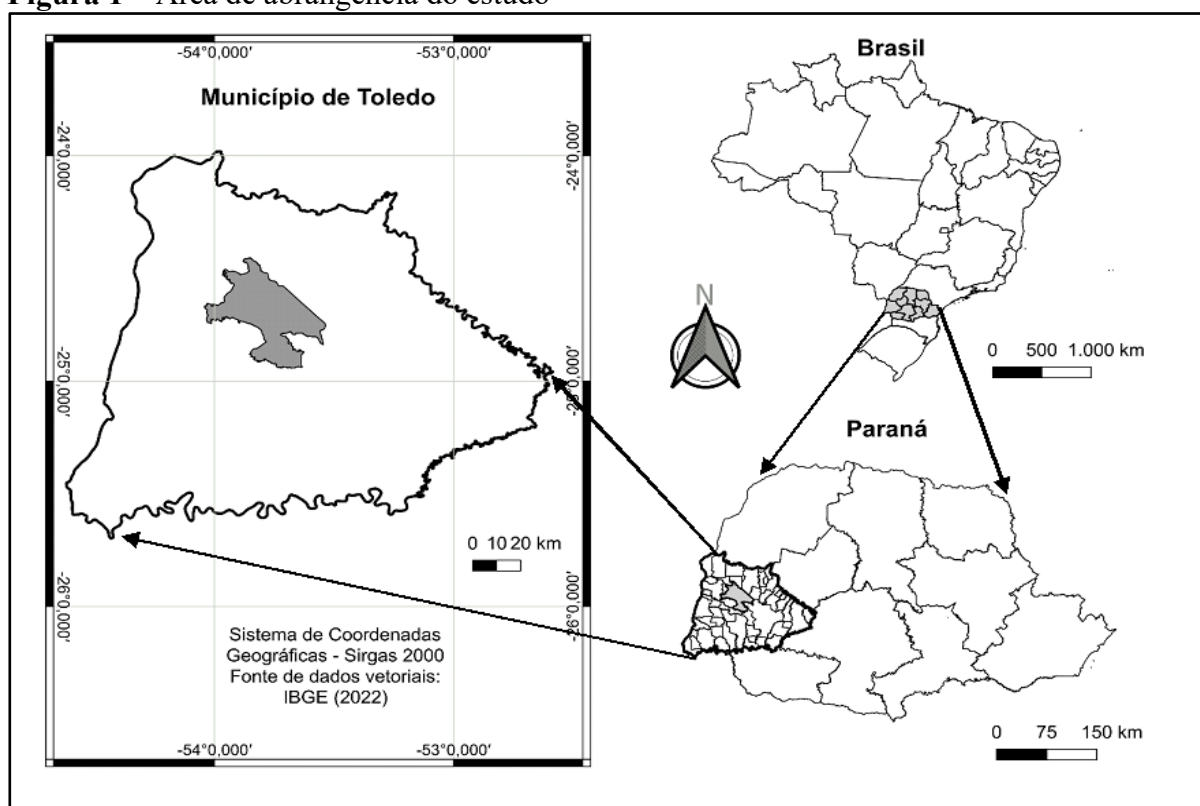
atividades agrícolas e não agrícolas para garantir sua sobrevivência econômica (Pinto; Freitas, 2021). Além dos aspectos econômicos, a agricultura familiar também enfrenta desafios ambientais, como a pressão para adotar práticas produtivas intensivas e o crescente uso de agrotóxicos, o que compromete a sustentabilidade de sistemas tradicionalmente mais diversificados (Tavella *et al.*, 2012).

Outros aspecto importante é a crescente feminização da agricultura, segundo Grisa e Schneider (2015), que com o aumento da participação das mulheres como gestoras de estabelecimentos, a representação torna-se um aspecto positivo das transformações recentes e também evidencia as desigualdades persistentes em termos de acesso à terra, crédito e reconhecimento social. Os autores, no campo das políticas públicas, citam que embora haja iniciativas importantes, observa-se a necessidade de políticas mais integradas e de longo prazo, que articulem acesso à comercialização e apoio à agroecologia, de modo a fortalecer a capacidade de reprodução dos agricultores familiares.

Diante desse panorama, compreender a agricultura familiar no Brasil requer não apenas reconhecer sua importância econômica e social, mas também refletir sobre os mecanismos estruturais que limitam seu desenvolvimento e pensar em estratégias que promovam sua valorização como vetor de desenvolvimento rural sustentável (Abramovay, 1999).

Trazendo para o recorte geográfico de Toledo, localizado na região Oeste do Paraná (Figura 1), o município se destaca no cenário nacional como um dos principais polos de produção agroindustrial do Brasil, resultado de um processo histórico de ocupação territorial, modernização agrícola e integração aos mercados internos e externos (Dias; Plein, 2024).

Figura 1 – Área de abrangência do estudo



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A vocação agropecuária de Toledo foi impulsionada nas décadas de 1950 e 1960, com a expansão da fronteira agrícola e a chegada de colonos oriundos do Sul do Brasil, principalmente de descendência europeia, que implementaram técnicas agrícolas diversificadas e consolidaram a produção de grãos, suínos e aves, cuja produção está integrada aos mercados globais de *commodities* agrícolas e pecuárias. Atualmente o município é um dos maiores produtores de grãos no Estado concentrando empresas do ramo agropecuário, sendo classificado como 12º município mais populoso do Paraná; e o 36º da Região Sul do Brasil. Recentemente foi eleito pelo oitavo ano consecutivo o maior produtor agropecuário, condição que o nomeou como a “Capital do Agronegócio” do Estado (Rippel, 2022).

A partir dos anos 1980, Toledo experimentou um processo de intensificação produtiva, com a modernização dos sistemas de produção animal e vegetal, incorporando tecnologias de ponta e práticas de gestão convencional no setor rural, o que ampliou sua competitividade e fortaleceu sua posição como referência agroindustrial (IBGE, 2006; 2017). Essa modernização possibilitou que diversos agricultores procurassem novas atividades estáveis e mais rentáveis, assim, um significativo contingente de agricultores familiares teve sua situação de exclusão ainda mais agravada.

As consequências foram a concentração do acesso à terra, a modificação do tipo e/ou nível de emprego e a redução da oferta de alimentos básicos. De um lado, formou-se um grupo de produtores modernizados, com acesso a tecnologias, alto nível de mecanização e inseridos nas cadeias produtivas, de outro lado, um grande grupo de produtores que foram excluídos das fases iniciais do processo de modernização, no qual grande parcela permaneceu pobre (Staduto; Passini; Santos, 2024).

Na contemporaneidade, a cidade abriga grandes complexos agroindustriais, como unidades da BRF (uma empresa transnacional brasileira do ramo alimentício, fruto da fusão entre Sadia e Perdigão), consolidando sua posição como centro estratégico na produção e industrialização de alimentos. Além da força na produção de proteína animal oriunda da suinocultura e avicultura, Toledo é referência nacional em piscicultura, especialmente na criação de tilápias (Librelato; Shikida, 2005; Ribeiro *et al.*, 2024).

Embora Toledo aporte complexos agroindustriais relevantes, a agricultura familiar persiste, conforme Tabela 1, evidenciando um processo contínuo de reconfiguração estrutural no campo brasileiro entre 2006 e 2017, especialmente no que se refere à participação da agricultura familiar. Em todas as escalas territoriais analisadas, do município de Toledo ao Brasil, observou-se uma retração no número de estabelecimentos familiares.

Tabela 1 - Número de Estabelecimentos da Agricultura Familiar e Não Familiar no ano de 2006 e 2017 (em unidades)

Território	2006		2017		Var (%) 2006/2017	
	Não Familiar	Familiar	Não Familiar	Familiar	Não Familiar	Familiar
Toledo	551	2.516	607	2.001	10,16	-20,47
Microrregião de Toledo	3.879	20.607	4.076	14.121	5,08	-31,47
Oeste Paranaense	9.467	43.750	10.354	32.152	9,37	-26,51
Paraná	68.235	302.828	76.266	228.888	11,77	-24,42
Brasil	809.369	4.366.267	1.175.916	3.897.408	45,29	-10,74

Fonte: IBGE (2006a, 2017a).

No município de Toledo, a redução foi de 20,47%, enquanto na microrregião a queda foi ainda mais acentuada, atingindo 31,47%. Esse comportamento se repetiu no Oeste Paranaense (-26,51%), no estado do Paraná (-24,42%) e, de forma mais branda, no país como um todo (-10,74%). Tais dados indicam que a agricultura familiar está perdendo espaço produtivo, especialmente nas regiões com presença consolidada da agroindústria, como o Oeste do Paraná.

Em contrapartida, o número de estabelecimentos da agricultura não familiar aumentou em todos os territórios, com destaque para o crescimento nacional de 45,29%. No Paraná, o aumento foi de 11,77%, enquanto na microrregião de Toledo e no município, os avanços foram de 5,08% e 10,16%, respectivamente. Esses resultados sinalizam uma expansão da agricultura convencional, mais capitalizada e orientada à produção em larga escala, favorecida por maiores facilidades de acesso a crédito, tecnologia e mercados.

A combinação entre retração da agricultura familiar e expansão da não familiar sugere um movimento de concentração fundiária e incorporação de pequenas propriedades por estabelecimentos de maior porte (Santos *et al.*, 2023). Toledo, embora siga a tendência regional e nacional de transformação rural, apresenta uma intensidade menor na perda de estabelecimentos familiares em relação à sua microrregião, o que pode indicar certa resiliência local, possivelmente explicada pela sua infraestrutura, pela inserção em cadeias produtivas, pelo cooperativismo e por políticas públicas de apoio mais consolidadas.

Não por acaso, que os excelentes indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da região onde encontra-se Toledo podem ser explicados pelo alto grau de associativismo e cooperativismo local. A união entre os produtores fez desenvolver na região um complexo sistema de redes alocadas em diversas estratégias de agroindustrialização (Silva; Zerbato; Rocha Jr, 2010).

Ainda assim, os dados confirmam que a agricultura familiar tem enfrentado desafios crescentes para se manter ativa em contextos de expansão agroindustrial, revelando um quadro preocupante de desestruturação socioeconômica do setor (Bueno; Freres Stipp; Rodrigues, 2022; Correa *et al.*, 2022; Deggerone, 2024). Assim, essa perspectiva fornece indícios consistentes de que Toledo e sua microrregião vivenciam um processo de substituição progressiva da agricultura familiar por sistemas convencionais, com implicações diretas para o desenvolvimento regional e a sustentabilidade dos territórios.

Ao verificar as áreas dos estabelecimentos, nota-se o *trade-off* da concentração fundiária, onde é possível observar com clareza a intensificação do processo de concentração territorial da agricultura não familiar e a redução da presença fundiária da agricultura familiar, fenômeno que se repete em todas as escalas analisadas (Tabela 2).

Tabela 2 - Área dos estabelecimentos da Agricultura Familiar e Não Familiar em 2006 e 2017 (em hectares)

Território	2006		2017		Var (%) 2006/2017	
	Não Familiar	Familiar	Não Familiar	Familiar	Não Familiar	Familiar
Toledo	59.666	43.602	61.574	36.474	3,20	-16,35
Microrregião de Toledo	403.064	317.537	458.702	243.678	13,80	-23,26
Oeste Paranaense	1.083.969	648.420	1.217.553	527.106	12,32	-18,71
Paraná	11.139.123	4.252.659	11.182.128	3.559.838	0,39	-16,29
Brasil	253.577.343	80.102.694	270.398.732	80.891.084	6,63	0,98

Fonte: IBGE (2006a, 2017b).

No município de Toledo, a área ocupada por estabelecimentos familiares caiu de 43.602 hectares em 2006 para 36.474 hectares em 2017, uma redução de 16,35%. Já a área da agricultura não familiar cresceu 3,20% no mesmo período, passando de 59.666 para 61.574 hectares. Essa dinâmica evidencia uma tendência de substituição gradual da agricultura familiar por modelos convencionais de maior escala.

Já a microrregião de Toledo apresenta um comportamento semelhante, com uma redução de 23,26% na área da agricultura familiar, enquanto a área da não familiar cresceu 13,80%. Essa retração é ainda mais acentuada do que a verificada no município-sede, o que sugere que os municípios menores da microrregião têm enfrentado maior dificuldade em manter seus sistemas produtivos familiares, possivelmente em razão de menor acesso a crédito, infraestrutura e políticas públicas de suporte.

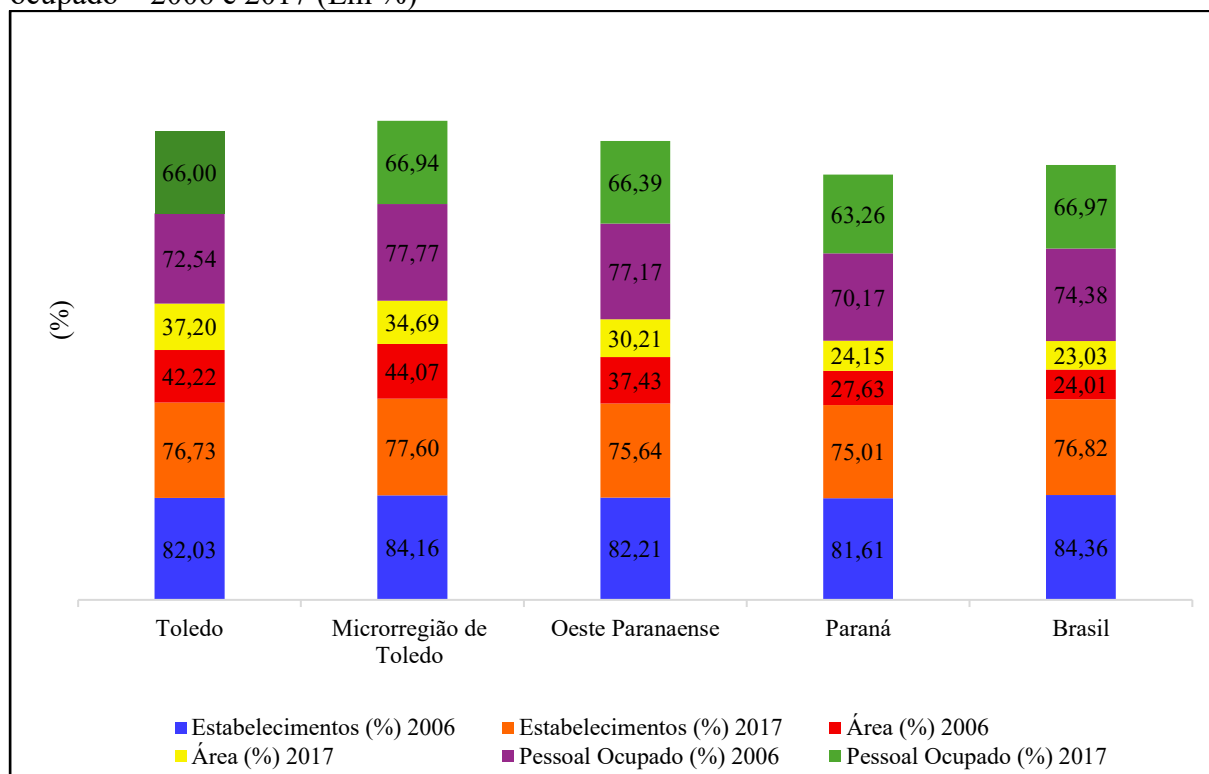
No recorte do Oeste Paranaense, a redução da área ocupada pela agricultura familiar foi de 18,71%, enquanto os estabelecimentos não familiares expandiram sua área em 12,32%. No Paraná como um todo, os dados confirmam essa tendência: houve uma retração de 16,29% na área da agricultura familiar e um aumento de 0,39% na área da não familiar. Já em escala nacional, a agricultura familiar apresentou uma estabilidade relativa, com um crescimento de apenas 0,98% em sua área total, contrastando com os 6,63% de aumento da agricultura não familiar.

Esses resultados demonstram que, embora o número de estabelecimentos da agricultura familiar tenha diminuído de forma significativa (como já indicado na Tabela 1), também há uma perda considerável da base territorial ocupada por esse segmento, especialmente no Oeste do Paraná. A combinação desses fatores, perda de estabelecimentos e de área, aponta para uma reconfiguração fundiária profunda, marcada pela redução da diversidade produtiva e pela expansão de sistemas agrícolas convencionais mais homogêneos e voltados para a exportação (Barreto Filho, 2022; Batista; Stoffel, 2022).

Em Toledo e sua microrregião, esse processo se apresenta com mais intensidade do que a média estadual e nacional, reforçando a necessidade de políticas territoriais específicas que visem à permanência da agricultura familiar e à valorização da sua função econômica, social e ambiental no espaço rural.

Sobre a participação percentual da agricultura familiar no total de estabelecimentos, a área e pessoal ocupada entre 2006 e 2017, é possível identificar tendências claras de retração relativa da agricultura familiar em diferentes escalas territoriais, sobretudo nos recortes regionais que abrangem Toledo (Figura 2).

Figura 2 - Participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos, área total e pessoal ocupado – 2006 e 2017 (Em %)



Fonte: IBGE (2006b, 2017c).

Em relação ao número de estabelecimentos, a agricultura familiar ainda representa a maioria em todos os territórios, com percentuais superiores a 75% em 2017, por exemplo, 76,73% em Toledo e 76,82% no Brasil. Contudo, esses valores apresentam uma leve queda em relação a 2006, indicando uma redução proporcional da presença da agricultura familiar, mesmo que ela ainda domine em termos quantitativos. A Microrregião de Toledo e o Brasil, por exemplo, passaram de 84,16% e 84,36% para 77,60% e 76,82%, respectivamente, entre 2006 e 2017.

Em relação à área ocupada, os dados revelam uma participação significativamente menor da agricultura familiar. Em 2006, a proporção da área ocupada por esse segmento era de 42,22% em Toledo, e caiu para 37,20% em 2017. Na Microrregião de Toledo, a queda foi de 44,07% para 34,69%, e no Oeste Paranaense, de 37,43% para 30,21%. A tendência é ainda mais acentuada no Paraná (de 27,63% para 24,15%) e no Brasil (de 24,01% para 23,03%). Essa redução mostra que, embora ainda representem a maioria em número de propriedades, os agricultores familiares ocupam proporcionalmente menos território, o que sugere um avanço da concentração fundiária nas mãos da agricultura não familiar.

Quanto ao pessoal ocupado, a agricultura familiar mantém uma expressiva participação, ainda que com ligeira retração em todos os recortes. Em Toledo, por exemplo, a participação caiu de 66% para 66,00%, o que demonstra estabilidade, apesar da diminuição na área e no número total de estabelecimentos. O dado mais positivo é observado no Brasil, onde a agricultura familiar continua respondendo por 66,97% da mão de obra rural.

De forma geral, a Figura 2 evidencia uma contradição importante: mesmo com menor área e participação decrescente em termos fundiários, a agricultura familiar continua sendo o

setor que mais emprega no campo e que representa a maior parte dos estabelecimentos (Staduto; Kreter, 2014; Stoffel; Ramos; Rambo, 2024). Essa realidade reforça o papel social da agricultura familiar no Brasil e em regiões como Toledo, mesmo em um contexto de avanço da agricultura convencional. Contudo, a tendência de retração relativa em área e estabelecimentos indica risco de enfraquecimento estrutural, o que exige políticas públicas mais efetivas para garantir a permanência, a sucessão e a valorização desse segmento (Picolotto, 2014; Pinto; Freitas, 2021).

Com base na Tabela 3, observa-se uma tendência acentuada de retração da força de trabalho ocupada nos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar entre 2006 e 2017, tanto para homens quanto para mulheres, com impactos significativos em todas as escalas territoriais analisadas.

Tabela 3 - Número de homens e mulheres ocupados em estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar no ano de 2006 e 2017

Território	2006		2017		Var (%) 2006/2017	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Toledo	3.952	2.636	3.773	2.036	-4,53	-22,76
Microrregião de Toledo	33.647	17.514	22.121	12.359	-34,26	-29,43
Oeste Paranaense	72.030	41.588	47.755	27.304	-33,70	-34,35
Paraná	506.429	277.472	349.187	186.365	-31,05	-32,83
Brasil	8.173.357	4.149.753	6.797.882	3.317.677	-16,83	-20,05

Fonte: IBGE (2006b, 2017c).

No município de Toledo, o número de homens ocupados caiu de 3.952 para 3.773 (-4,53%), enquanto o número de mulheres sofreu uma queda mais expressiva, de 2.636 para 2.036 (-22,76%). Esses dados indicam uma redução proporcionalmente maior da ocupação feminina, o que pode refletir a persistência de desigualdades de gênero no acesso e permanência das mulheres na agricultura familiar.

Na microrregião de Toledo, essa tendência se repete de maneira ainda mais intensa: o número de homens ocupados caiu 34,26% e o de mulheres, 29,43%. Essa retração também se verifica no Oeste Paranaense, com quedas de 33,70% entre os homens e 34,35% entre as mulheres. No estado do Paraná, os percentuais são semelhantes, com redução de 31,05% entre os homens e 32,83% entre as mulheres. Em escala nacional, os números absolutos continuam elevados, mas também apontam para queda significativa: -16,83% entre os homens e -20,05% entre as mulheres.

Esses dados revelam um fenômeno importante: a agricultura familiar está encolhendo também em termos de força de trabalho, o que indica não apenas dificuldades econômicas, mas também desestímulo à permanência no campo, particularmente entre as mulheres. A redução do pessoal ocupado pode estar relacionada à mecanização crescente, à migração rural-urbana, ao envelhecimento dos produtores e à ausência de políticas eficazes de sucessão rural e incentivo à permanência dos jovens no meio rural (Stoffel; Ramos; Rambo, 2024).

Além disso, o declínio mais acentuado entre as mulheres sugere que a feminização da agricultura, embora presente em discursos e iniciativas pontuais, ainda enfrenta barreiras estruturais que limitam sua consolidação (Picolotto, 2014). A queda generalizada no número de trabalhadores da agricultura familiar, sobretudo em regiões de forte agroindustrialização como Toledo, evidencia um cenário de vulnerabilidade social e reforça a urgência de políticas públicas que promovam inclusão produtiva, equidade de gênero e sustentabilidade socioeconômica nos territórios rurais.

Com base nos dados da Tabela 4, observa-se uma redução da diversidade produtiva nos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar entre 2006 e 2017, com destaque para a diminuição da participação das lavouras temporárias, horticultura, lavouras permanentes e da pecuária em algumas regiões, especialmente em Toledo e sua microrregião.

Tabela 4 - Participação dos grupos de atividade econômica dos estabelecimentos agropecuários familiares nos anos 2006 e 2017 (Em %)

Território	Produção de lavouras temporárias (%)		Horticultura e floricultura (%)		Produção de lavouras permanentes (%)	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Toledo	36,65	35,51	2,22	1,30	0,39	0,31
Microrregião de Toledo	49,14	44,54	1,69	0,93	2,08	0,92
Oeste Paranaense	44,22	40,03	2,38	1,31	1,53	0,76
Paraná	37,69	35,14	3,93	2,66	5,03	3,93
Brasil	32,38	26,06	3,30	2,50	8,84	8,67
Território	Pecuária e criação de outros animais (%)		Pesca (%)		Aqüicultura (%)	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Toledo	41,70	39,19	0,00	0,00	0,52	0,00
Microrregião de Toledo	30,48	30,52	0,16	0,02	0,27	0,27
Oeste Paranaense	33,19	32,66	0,10	0,03	0,21	0,20
Paraná	33,01	30,84	0,04	0,04	0,16	0,09
Brasil	36,08	36,33	0,27	0,15	0,14	0,10

Fonte: IBGE (2006c, 2017d).

No caso da produção de lavouras temporárias, que engloba cultivos de ciclo curto como milho, feijão e mandioca, houve retração em todas as escalas. Em Toledo, a participação caiu de 36,65% para 35,51%, e na microrregião, de 49,14% para 44,54%. Essa queda também foi registrada no Paraná (de 37,69% para 35,14%) e no Brasil (de 32,38% para 26,06%). Isso indica que, embora continue sendo a principal atividade, há uma tendência de retração ou substituição por outras práticas ou abandono produtivo, o que pode estar relacionado à redução do número de estabelecimentos e à dificuldade de permanência das famílias na atividade agrícola.

Na horticultura e floricultura, a queda foi mais significativa em Toledo (de 2,22% para 1,30%) e na microrregião (de 1,69% para 0,93%). Esse padrão de retração também aparece nas demais regiões, indicando a fragilidade dessas atividades, que normalmente exigem mais infraestrutura, mão de obra intensiva e escoamento ágil, fatores limitantes para produtores familiares.

A produção de lavouras permanentes, como café e frutas perenes, representa um percentual muito baixo nas regiões analisadas, e apresentou retração. Em Toledo, caiu de 0,39% para 0,31%; no Paraná, de 5,03% para 3,93%. Isso revela a pouca representatividade dessa atividade no Oeste do Paraná, ao contrário de outras regiões do país onde lavouras permanentes são mais expressivas.

Quanto à pecuária e criação de outros animais, há relativa estabilidade, com leve redução em Toledo (de 41,70% para 39,19%) e leve aumento na microrregião (de 30,48% para 30,52%). Esse setor mantém-se como importante componente da agricultura familiar,

especialmente nas regiões Sul e Oeste, mas a estagnação dos números pode indicar limites estruturais para sua expansão, como acesso a crédito, assistência técnica e infraestrutura.

As atividades de pesca e aquicultura mantêm participação quase simbólica. Em Toledo, por exemplo, a aquicultura desaparece nos dados de 2017 (de 0,52% para 0,00%), enquanto a pesca segue com 0,00%. Em outras regiões, os percentuais são igualmente baixos e pouco variam, evidenciando que essas atividades ainda não foram incorporadas de forma significativa aos sistemas produtivos familiares, mesmo em regiões com potencial aquícola.

De forma geral, a tabela revela que os estabelecimentos familiares seguem concentrados em poucas atividades principais, com predomínio das lavouras temporárias e da pecuária, mas com sinais de retração e baixa diversificação (Prestes *et al.*, 2022). A redução nos índices de horticultura, lavouras permanentes e aquicultura aponta para uma vulnerabilidade econômica crescente, pois limita a capacidade de adaptação e resiliência dos agricultores familiares frente às mudanças de mercado, clima ou políticas públicas. Esse cenário reforça a necessidade de estratégias que incentivem a diversificação produtiva como eixo estruturante da sustentabilidade da agricultura familiar nos territórios analisados (Batista; Stoffel, 2022).

3.2 Perfil dos Produtores e da Mão de Obra

A compreensão do perfil dos produtores e da mão de obra envolvida na agricultura familiar é fundamental para a análise das transformações socioeconômicas em curso no meio rural. Esse recorte permite identificar não apenas a composição etária e de gênero dos responsáveis pelos estabelecimentos, mas também revelar dinâmicas de permanência, sucessão e participação social que impactam diretamente a sustentabilidade desse segmento.

A Tabela 5 demonstra um envelhecimento progressivo do perfil dos produtores da agricultura familiar entre 2006 e 2017 em todas as escalas analisadas. Esse fenômeno indica não apenas um desafio demográfico, mas também um risco à continuidade das atividades familiares no campo, já que a sucessão rural se mostra cada vez mais limitada.

Tabela 5 - Participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos por classe de idade do produtor no ano de 2006 e 2017 (Em %)

Território	2006					
	Menor que 25 anos	De 25 a menos de 35 anos	De 35 a menos de 45 anos	De 45 a menos de 55 anos	De 55 a menos de 65 anos	De 65 anos e mais
Toledo	0,75	7,30	22,60	21,75	17,74	11,90
Microrregião de Toledo	1,13	7,71	20,37	22,32	19,55	13,07
Oeste Paranaense	1,47	8,26	20,37	21,31	18,38	12,42
Paraná	1,85	9,52	19,43	20,98	17,21	12,63
Brasil	2,81	11,33	18,17	19,35	17,44	15,27
Território	2017					
	Menor que 25 anos	De 25 a menos de 35 anos	De 35 a menos de 45 anos	De 45 a menos de 55 anos	De 55 a menos de 65 anos	De 65 anos e mais
Toledo	0,69	4,59	11,73	23,88	20,79	15,51
Microrregião de Toledo	0,77	3,93	10,18	21,83	21,46	19,70
Oeste Paranaense	0,84	4,28	10,51	20,74	20,50	19,09
Paraná	1,27	5,45	11,69	19,42	20,06	17,51
Brasil	1,50	6,72	12,82	17,77	18,64	19,62

Fonte: IBGE (2006d, 2017e).

Em Toledo, por exemplo, a proporção de produtores com menos de 35 anos caiu de 8,05% em 2006 (soma das faixas até 35 anos) para apenas 5,28% em 2017, uma queda de mais de 34% no contingente jovem. Em contrapartida, os produtores com 55 anos ou mais representavam 29,64% em 2006 e passaram a compor 36,30% em 2017, evidenciando um aumento de 6,66 pontos percentuais nessa faixa etária. O grupo de 65 anos ou mais cresceu de 11,90% para 15,51% no período.

A microrregião de Toledo apresenta uma tendência ainda mais acentuada: a presença de jovens abaixo dos 35 anos caiu de 8,84% para 4,70%, enquanto os com 65 anos ou mais saltaram de 13,07% para 19,70%. Isso representa um aumento de mais de 50% na proporção de idosos entre os produtores familiares, reforçando o sinal de fragilidade na renovação geracional.

No Oeste Paranaense, o padrão se repete: redução significativa de jovens (de 9,73% para 5,12%) e aumento da presença dos produtores com 55 anos ou mais (de 30,80% para 39,50%). No estado do Paraná e no Brasil como um todo, os dados também indicam declínio das faixas etárias mais jovens e crescimento constante das faixas mais velhas, especialmente entre os que possuem mais de 65 anos, que em nível nacional já representam quase 20% dos produtores da agricultura familiar.

Esses dados apontam para uma situação crítica de envelhecimento da população produtora, que afeta diretamente a capacidade de reprodução social e econômica da agricultura familiar. O declínio da presença de jovens sugere dificuldades na permanência no campo, seja por ausência de políticas de incentivo, por falta de infraestrutura ou por atrativos urbanos. Ao mesmo tempo, o aumento expressivo da faixa acima de 65 anos reforça o risco de esvaziamento das unidades produtivas no médio prazo, caso não haja políticas efetivas de sucessão rural.

Assim, a Tabela 5 revela que a agricultura familiar em Toledo, sua microrregião e no Brasil enfrenta um problema estrutural de renovação geracional. Esse quadro compromete não apenas a viabilidade produtiva futura, mas também a continuidade dos modos de vida e dos territórios rurais sustentados por esse segmento (Picolotto, 2014; Magro; Oliveira; Souza, 2019). Investimentos em formação, crédito jovem, políticas de herança e mecanismos de apoio à juventude rural são urgentes para reverter essa tendência e garantir a sustentabilidade da agricultura familiar nas próximas décadas.

Para entender as posições de gênero trazidas pelos censos, têm-se a Tabela 6, que detalha o número de homens e mulheres ocupados em estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar entre os períodos. Observa-se uma acentuada retração da força de trabalho rural familiar, com impactos relevantes sobre a estrutura produtiva e a reprodução social no campo.

Tabela 6 - Número de homens e mulheres ocupados em estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar no ano de 2006 e 2017

Território	2006		2017		Var (%) 2006/2017	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Toledo	3.952	2.636	3.773	2.036	-4,53	-22,76
Microrregião de Toledo	33.647	17.514	22.121	12.359	-34,26	-29,43
Oeste Paranaense	72.030	41.588	47.755	27.304	-33,70	-34,35
Paraná	506.429	277.472	349.187	186.365	-31,05	-32,83
Brasil	8.173.357	4.149.753	6.797.882	3.317.677	-16,83	-20,05

Fonte: IBGE (2006b, 2017f).

Em todas as escalas analisadas, de Toledo ao Brasil, tanto homens quanto mulheres apresentaram quedas expressivas no número de ocupados, sendo a redução proporcionalmente

mais intensa entre as mulheres. Em Toledo, por exemplo, o número de mulheres ocupadas caiu 22,76%, enquanto entre os homens a redução foi de 4,53%. Na microrregião de Toledo, os recuos foram ainda mais marcantes: -29,43% para as mulheres e -34,26% para os homens. Esses dados evidenciam que, embora a agricultura familiar ainda desempenhe um papel relevante na geração de ocupação no meio rural, ela tem enfrentado dificuldades crescentes em manter sua base de trabalhadores ativos.

Esse processo pode ser explicado por múltiplos fatores, entre os quais destacam-se o envelhecimento da população rural, a falta de políticas públicas eficazes de incentivo à permanência e à sucessão no campo, o aumento da mecanização, e as dificuldades econômicas enfrentadas pelos pequenos produtores diante da expansão do agronegócio (Magro; Oliveira; Souza, 2019; Daniel *et al.*, 2020). Além disso, a redução da ocupação feminina sugere a persistência de desigualdades estruturais que limitam a inserção plena das mulheres no setor agropecuário, mesmo em contextos em que sua contribuição é historicamente significativa.

A tendência de retração do número total de trabalhadores na agricultura familiar, especialmente nas regiões de forte agroindustrialização como o Oeste do Paraná, revela um cenário de vulnerabilidade e esvaziamento da força de trabalho rural, que exige atenção urgente por parte do poder público para evitar o aprofundamento das desigualdades e o colapso social em determinadas áreas do território brasileiro (Staduto; Kreter, 2014; Stoffel; Ramos; Rambo, 2024).

Quando observamos os indicadores residência, escolaridade e acesso à energia (Tabela 7), são fundamentais para avaliar a qualidade de vida no campo e o grau de inclusão produtiva desse segmento.

Tabela 7 - Participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos por local de residência, acesso à energia elétrica e escolaridade no ano de 2006 e 2017 (Em %)

Território	2006					
	Local de residência		Acesso à energia elétrica		Escolaridade	
	No Estab.	Outro local	Sim	Não	Sabe ler e escrever	Não sabe ler e escrever
Toledo	66,29	15,75	66,81	15,23	81,15	0,88
Microrregião de Toledo	57,39	26,77	59,11	25,05	81,79	2,36
Oeste Paranaense	61,01	21,20	62,15	20,06	78,40	3,81
Paraná	64,07	17,54	63,18	18,43	76,07	5,54
Brasil	66,69	17,67	57,63	26,73	61,80	22,56
Território	2017					
	Local de residência		Acesso à energia elétrica		Escolaridade	
	No Estab.	Outro local	Sim	Não	Sabe ler e escrever	Não sabe ler e escrever
Toledo	63,23	13,50	69,40	7,09	76,74	0,46
Microrregião de Toledo	57,62	19,98	64,48	12,91	75,44	2,44
Oeste Paranaense	59,13	16,51	65,82	9,70	72,46	3,49
Paraná	60,37	14,64	67,21	7,63	70,44	4,96
Brasil	59,33	17,49	63,70	12,71	56,74	20,34

Fonte: IBGE (2006d, 2006e, 2006f, 2017e, 2017f, 2017g).

No que diz respeito ao local de moradia, observa-se que, em 2006, a maioria dos produtores residia no próprio estabelecimento rural, 66,29% em Toledo e 66,69% no Brasil, e essa tendência se manteve em 2017, com ligeira redução: 63,23% em Toledo e 61,34% em nível

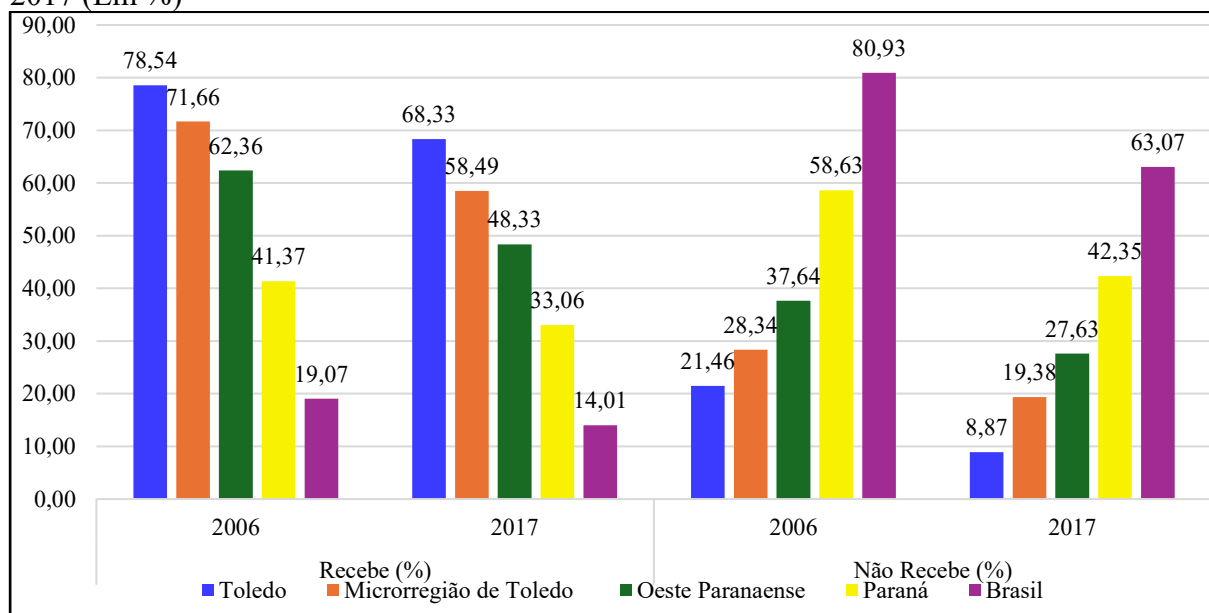
nacional. Essa permanência no espaço produtivo evidencia o vínculo territorial e simbólico da agricultura familiar, ainda que a leve queda possa sugerir deslocamentos por melhores condições de vida ou serviços, sobretudo nas regiões mais urbanizadas.

No tocante ao acesso à energia elétrica, em Toledo, a proporção de produtores com acesso subiu de 66,81% em 2006 para 69,40% em 2017, enquanto na microrregião o aumento foi de 59,11% para 64,48%. Em escala nacional, o avanço foi ainda mais expressivo: de 57,63% para 67,01%. Ao mesmo tempo, a parcela de produtores sem acesso à energia elétrica caiu pela metade em muitos recortes territoriais. Esse progresso contribui diretamente para a qualidade de vida das famílias e para a modernização das atividades produtivas, sendo um indicador importante de inclusão infraestrutural.

Quanto à escolaridade, os dados revelam tanto avanços quanto desafios persistentes. Em Toledo, o percentual de produtores que sabiam ler e escrever caiu levemente, de 81,15% para 76,74%, o que pode refletir uma mudança no perfil etário, com envelhecimento da população rural e menor entrada de jovens. No entanto, a taxa de analfabetismo entre os produtores da cidade caiu de 0,88% para 0,46%, revelando melhora qualitativa. Em escala nacional, o cenário ainda é preocupante: embora tenha havido uma leve redução, o Brasil mantinha em 2017 um índice de 20,34% de responsáveis por estabelecimentos familiares que não sabiam ler nem escrever, o que representa um entrave relevante do acesso as políticas públicas e a gestão dos empreendimentos.

De forma geral, os dados mostram que houve avanços moderados nas condições básicas dos produtores da agricultura familiar, sobretudo no acesso à energia elétrica e na redução do analfabetismo. No entanto, a escolaridade ainda representa um obstáculo em muitas regiões, assim como a tendência de afastamento gradual da moradia no próprio estabelecimento. Tais fatores são determinantes para o fortalecimento ou fragilização da agricultura familiar, afetando diretamente sua capacidade de inovação, permanência e articulação com políticas de desenvolvimento rural.

Figura 3 - Acesso à assistência técnica pelos estabelecimentos familiares no ano de 2006 e 2017 (Em %)



Fonte: IBGE (2006g, 2017h).

Com base nos dados apresentados na Figura 2, observa-se uma queda significativa no acesso à assistência técnica pelos estabelecimentos da agricultura familiar entre os anos de 2006 e 2017, especialmente nas regiões com maior inserção no agronegócio. Em Toledo, a proporção de produtores familiares que recebiam assistência técnica caiu de 78,54% para 68,33%, uma retração de mais de 10 pontos percentuais. A microrregião de Toledo seguiu a mesma tendência, passando de 71,66% para 58,49%, e o Oeste Paranaense, de 62,36% para 48,33%. No estado do Paraná, a queda foi ainda mais acentuada, saindo de 41,37% em 2006 para apenas 33,06% em 2017. Em escala nacional, a situação é mais preocupante: apenas 19,07% dos produtores familiares brasileiros recebiam assistência técnica em 2006, proporção que despencou para 14,01% em 2017.

Essa redução no acesso revela um desmonte ou enfraquecimento das políticas públicas de apoio direto ao agricultor familiar, num período em que a pressão por eficiência produtiva e sustentabilidade se intensificou. Ao mesmo tempo, o aumento da proporção de estabelecimentos que não recebiam assistência técnica reforça esse cenário. No caso do Brasil, o índice saltou de 80,93% para 86,00%, e no Paraná, de 58,63% para 66,94%. Mesmo em regiões com melhor desempenho, como Toledo, o número de agricultores sem acesso passou de 21,46% para 27,63%.

Esses dados apontam para um retrocesso institucional no apoio técnico à agricultura familiar, que impacta diretamente sua capacidade de inovação, acesso a crédito, inserção em mercados e adequação a práticas sustentáveis. A assistência técnica, além de transferir conhecimento, é um vetor de inclusão produtiva, especialmente em contextos de transição tecnológica ou de reestruturação fundiária. Sua retração, portanto, compromete os esforços de fortalecimento da agricultura familiar e evidencia uma fragilidade das políticas públicas voltadas ao campo no período analisado.

3.3 Os aspectos fundiários

O acesso à terra e a forma como ela é explorada refletem diretamente a capacidade de reprodução social e econômica dos estabelecimentos estudados. Por isso, o grau de estabilidade e autonomia da agricultura familiar frente às transformações no meio rural também é levantado para a caracterização. Nesse sentido, os dados apresentados permitem avaliar não apenas a distribuição da posse e uso da terra ao longo do tempo, mas também inferir os efeitos das dinâmicas de concentração fundiária e da presença crescente do agronegócio sobre os agricultores familiares, conforme Tabela 8.

Tabela 8 - Participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos por condição do produtor em relação às terras no ano de 2006 e 2017 (Em %)

Território	Proprietário (%)		Arrendatário (%)		Parceiro (%)		Produtor sem área (%)	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Toledo	87,60	67,52	6,16	5,86	3,14	0,73	0,16	0,23
Microrregião de Toledo	82,64	68,01	7,93	4,86	4,94	1,41	1,19	0,28
Oeste Paranaense	80,42	65,10	7,81	4,01	3,31	1,29	1,19	0,16
Paraná	79,37	62,36	6,99	3,60	2,18	1,35	2,64	0,22
Brasil	74,72	62,43	4,49	2,20	2,90	1,75	5,54	1,08

Fonte: IBGE (2006c, 2017h).

A Tabela 8 evidencia uma redução significativa no número de produtores da agricultura familiar que são proprietários de suas terras entre 2006 e 2017 em todos os recortes territoriais.

Em Toledo, por exemplo, a proporção de produtores proprietários caiu de 87,60% para 67,52%, uma redução de 20 pontos percentuais. Essa tendência se repete na microrregião de Toledo (de 82,64% para 68,01%), no Oeste Paranaense (de 80,42% para 65,10%) e no estado do Paraná como um todo (de 79,37% para 62,36%). Em escala nacional, a redução também é expressiva, passando de 74,72% para 62,43%.

Esse processo indica um possível deslocamento da agricultura familiar para formas de uso da terra menos estáveis, como arrendamento ou parcerias, o que pode refletir dificuldades econômicas, endividamento, venda de propriedades ou ausência de políticas efetivas de regularização fundiária. O número de arrendatários e parceiros, embora ainda minoritário, mostra certa estabilidade em alguns casos, mas também variações relevantes: no Brasil, por exemplo, os arrendatários passaram de 4,49% para 2,20%, e os parceiros de 2,90% para 1,75%. Já em Toledo e sua microrregião, o percentual de parceiros caiu também, mas os arrendatários mantiveram proporções significativas, sinalizando que parte da agricultura familiar está se mantendo com acesso não direto à terra.

O dado sobre "produtores sem área" também é revelador: embora representem uma fração muito pequena do total, chama atenção que esse percentual tenha aumentado em Toledo e sua microrregião (de 0,16% para 0,23% em Toledo e de 1,19% para 0,28% na microrregião), enquanto em escala nacional esse grupo caiu de 5,54% para 1,08%. Isso pode indicar que, localmente, ainda há produtores em situação de extrema precariedade ou em processos de transição fundiária não formalizada.

Tais dados apontam para um enfraquecimento da base fundiária da agricultura familiar, com a perda de autonomia dos produtores sobre as terras em que trabalham. Essa perda de titularidade compromete não apenas a estabilidade socioeconômica das famílias, mas também o acesso a políticas públicas, crédito rural e investimentos de longo prazo (Bueno; Freres Stipp; Rodrigues, 2022; Correa *et al.*, 2022; Santos *et al.*, 2023). Em contextos como o de Toledo, marcado pela expansão do agronegócio, essa reconfiguração fundiária representa um sinal de alerta para a sustentabilidade da agricultura familiar e sua capacidade de resistência diante da pressão estrutural por concentração e mercantilização da terra.

Para entender melhor essa reconfiguração, têm-se a outro índice de área total (Tabela - 9), que apresenta resultados que corroboram:

Tabela 9 – Participação dos grupos de área total dos estabelecimentos agropecuários familiares nos anos 2006 e 2017 (Em %)

Território	Menos que 1 (%)		De 1 a menos de 5 (%)		De 5 a menos de 20 (%)		De 20 a menos de 50 (%)	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Toledo	5,15	2,72	15,26	14,46	33,68	33,63	23,25	20,59
Microrregião de Toledo	4,44	4,15	17,05	14,75	38,92	34,07	19,14	19,64
Oeste Paranaense	5,16	4,68	18,15	15,28	37,28	33,80	17,32	17,48
Paraná	6,66	5,46	18,40	16,78	35,51	32,96	15,85	15,99
Brasil	10,96	9,19	21,91	20,43	24,01	23,04	14,28	14,29
Território	De 50 a menos de 100 (%)		De 100 a menos de 500 (%)		Mais que 500 (%)		Produtor sem área (%)	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Toledo	4,56	5,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	0,23
Microrregião de Toledo	3,59	4,72	0,01	0,01	0,00	0,00	1,00	0,27
Oeste Paranaense	3,31	4,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,98	0,16
Paraná	3,03	3,55	0,01	0,04	0,00	0,01	2,16	0,22
Brasil	5,79	5,93	2,73	2,86	0,00	0,01	4,68	1,07

Fonte: IBGE (2006h, 2017i).

Os dados apresentados na Tabela 9 apresentam uma manutenção da concentração da agricultura familiar em estabelecimentos com área entre 5 e 50 hectares, embora haja sinais de leve retração e redistribuição nas faixas inferiores e superiores. Em Toledo, por exemplo, 33,68% da área em 2006 estava concentrada em propriedades com 5 a menos de 20 hectares, percentual que praticamente se manteve em 2017 (33,63%). A faixa de 20 a menos de 50 hectares, por sua vez, caiu de 23,25% para 20,59%, indicando um leve processo de retração dessa categoria intermediária.

Nos estabelecimentos menores, especialmente aqueles com menos de 1 hectare ou de 1 a menos de 5 hectares, os dados mostram uma tendência de redução da representatividade da área ocupada, como em Toledo (de 5,15% para 2,72% na primeira faixa e de 15,26% para 14,46% na segunda). Essa tendência é acompanhada em outras regiões, como no Paraná e no Brasil, e reforça a dificuldade de permanência de pequenas unidades produtivas diante das pressões econômicas e estruturais do agronegócio.

Na microrregião de Toledo, a proporção da área em estabelecimentos com 5 a menos de 20 hectares também se manteve estável (33,82% para 34,07%), enquanto houve uma leve redução na faixa de 20 a menos de 50 hectares (de 19,14% para 19,64%). Em compensação, as faixas maiores, de 50 a menos de 100 hectares e de 100 a menos de 500 hectares, mantiveram baixa participação, sinalizando que a agricultura familiar na região ainda é predominantemente composta por propriedades pequenas e médias.

A presença de estabelecimentos sem área também chama atenção, ainda que em percentuais baixos. Em Toledo, por exemplo, subiu de 0,16% para 0,23%, e no Brasil de 1,07% para 1,29%. Esse grupo pode representar situações de informalidade, perda de acesso à terra ou produtores em transição, e seu crescimento sugere vulnerabilidade fundiária crescente.

A agricultura familiar continua ancorada em propriedades de pequeno e médio porte, especialmente entre 5 e 50 hectares, mas evidencia também a fragilidade dos estabelecimentos menores e a estagnação da presença em faixas maiores, o que pode limitar sua competitividade e expansão. Os dados reforçam a necessidade de políticas que fortaleçam os pequenos produtores e garantam acesso equitativo à terra, evitando o aprofundamento das desigualdades estruturais no meio rural.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a evolução da estrutura socioprodutiva da agricultura familiar em Toledo-PR entre 2006 e 2017, a partir da sistematização de dados censitários e da revisão da literatura sobre a temática. A abordagem permitiu evidenciar transformações profundas no espaço rural local, relacionadas ao reposicionamento da agricultura familiar frente à expansão da agricultura convencional.

A análise revelou um cenário de intensa reconfiguração territorial e socioprodutiva, marcado por tendências de retração, envelhecimento da mão de obra e perda de autonomia fundiária. Os dados demonstraram uma redução expressiva tanto no número quanto na área dos estabelecimentos familiares, enquanto a agricultura não familiar expandiu sua presença, apontando para processos de concentração de terras e consolidação do agronegócio.

A partir dos dados censitários, verificou-se que, embora a agricultura familiar ainda represente a maior parte dos estabelecimentos e da força de trabalho rural, sua participação relativa tem diminuído, sobretudo nos territórios mais fortemente inseridos em cadeias agroindustriais. A microrregião de Toledo, por exemplo, apresentou as maiores perdas em

termos de área e número de unidades produtivas, revelando a fragilidade estrutural de seus pequenos produtores frente às dinâmicas de mercado e à ausência de políticas públicas mais efetivas.

O envelhecimento dos produtores e a baixa presença de jovens apontam para um processo de esvaziamento geracional no campo, comprometendo a continuidade das práticas agrícolas familiares. Apesar de avanços pontuais, como o ligeiro aumento no acesso à energia elétrica e a estabilidade da participação feminina em algumas atividades, persistem desigualdades de gênero, baixo acesso à assistência técnica e dificuldade de diversificação produtiva.

Nesse contexto, o estudo reafirma a importância da agricultura familiar como pilar da sustentabilidade territorial e da segurança alimentar, mas também evidencia que sua manutenção depende de um redesenho institucional robusto. São urgentes políticas integradas que articulem acesso à terra, crédito, capacitação técnica, sucessão rural e incentivo à agroecologia, de forma a criar condições reais de permanência e prosperidade no meio rural.

Portanto, Toledo representa um microcosmo das contradições do campo brasileiro, onde convivem modernização agroindustrial e vulnerabilidade social. Compreender essa dualidade é essencial para a formulação de estratégias que não apenas resistam ao avanço do agronegócio, mas que coloquem a agricultura familiar como protagonista de um novo modelo de desenvolvimento rural, mais justo, resiliente e inclusivo.

Nesse sentido, futuras pesquisas podem aprofundar a análise das relações entre a estrutura fundiária, a dinâmica dos mercados agrícolas regionais e as políticas públicas implementadas, buscando compreender em que medida essas variáveis condicionam as trajetórias de transformação do espaço rural e as possibilidades de resistência da agricultura familiar frente às pressões do agronegócio.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v. 28, n. 1, 1999. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BARRETO FILHO, B. D. F. Características e estruturação da agropecuária na Região Geográfica Imediata de Pau dos Ferros: notas a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Geopauta**, [s. l.], v. 6, n. e10393, p. 1–28, 2022. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/10393>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BATISTA, C. L. R.; STOFFEL, J. Agroecologia e produção orgânica: características que distinguem e/ou aproximam os sistemas de produção sustentáveis. **COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional**, [s. l.], v. 19, n. esp1, p. 25–49, 2022. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2413>. Acesso em: 17 abr. 2025.

BRASIL. **Lei Ordinária 21360 2023 do Paraná PR**. Curitiba, 2023. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-21360-2023-parana-concede-o-titulo-de-capital-paranaense-do-agronegocio-ao-municipio-de-toledo>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BUENO, V. J.; FRERES STIPP, C. M.; RODRIGUES, L. Agricultura familiar: Uma proposta viável considerando o contexto da estrutura fundiária brasileira. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 8, n. 1, p. 76–92, 2022. Disponível em:



<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/46737>. Acesso em: 16 abr. 2025.

CORREA, L. *et al.* CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PARANÁ: ASPECTOS AGRÁRIOS, TECNOLÓGICOS E SOCIAIS - 2006 e 2017. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 31, n. 57, p. 01–19, 2022. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/6743>. Acesso em: 16 abr. 2025.

DANIEL, D. S. *et al.* Utilização de agrotóxicos e desenvolvimento rural sustentável no oeste do Paraná: alternativas, perspectivas e desafios. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 12–22, 2020. Disponível em: <https://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/986>. Acesso em: 16 abr. 2025.

DEGGERONE, Z. A. A agricultura familiar na Microrregião de Erechim (RS): uma caracterização a partir do censo agropecuário 2017. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 19, n. 55, p. 76–98, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/73250>. Acesso em: 16 abr. 2025.

DIAS, L. C.; PLEIN, C. ELEMENTOS INSTITUCIONAIS QUE DETERMINARAM A PERFORMANCE ECONÔMICA DA AGROPECUÁRIA DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO NO OESTE DO PARANÁ/institutional elements that determine the economic performance of farming in the toledo micro-region in Western Paraná. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 28, n. 2, p. 497–515, 2024. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/33674>. Acesso em: 30 abr. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2017.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *In*: **POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232475>. Acesso em: 30 abr. 2025.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006: Tabela 1109 - Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor em relação às terras e agricultura familiar**. [S. l.], 2006a. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1109>. Acesso em: 17 abr. 2025.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006: Tabela 1113 - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12, total e de 14 anos e mais, por sexo e agricultura familiar**. [S. l.], 2006b. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1113>. Acesso em: 21 abr. 2025.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006: Tabela 1524 - Número de estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar, por tipo de alternativa para controle de pragas e/ou doenças em vegetais, condição do produtor em relação às terras, orientação técnica, uso de agricultura orgânica e nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento - (MDA)**. [S. l.], 2006g. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1524>. Acesso em: 23 abr. 2025.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006: Tabela 1857 - Número de estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar, e Área dos estabelecimentos por**



condição do produtor em relação às terras, sexo, classe de idade e nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento - (MDA). [S. l.], 2006d. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1857>. Acesso em: 21 abr. 2025.

IBGE. Censo Agropecuário 2006: Tabela 1932 - Número de estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar, e Área dos estabelecimentos por grupos de atividade econômica, condição produtor em relação às terras e tipo de prática agrícola - (MDA). [S. l.], 2006h. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1932>. Acesso em: 30 abr. 2025.

IBGE. Censo Agropecuário 2006: Tabela 1963 - Número de estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar, por tipo de fonte de energia elétrica usada, condição do produtor em relação às terras, residência da pessoa que dirige o estabelecimento e local de uso da energia elétrica - (MDA). [S. l.], 2006e. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1963#resultado>. Acesso em: 21 abr. 2025.

IBGE. Censo Agropecuário 2006: Tabela 2006 - Número de estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar, e Área dos estabelecimentos por utilização das terras, condição do produtor em relação às terras, tempo em que o produtor dirige o estabelecimento, grupos de área total e associação à cooperativa e/ou à entidade de classe - (MDA). [S. l.], 2006g. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2006>. Acesso em: 25 abr. 2025.

IBGE. Censo Agropecuário 2006: Tabela 2174 - Número de estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar, e Área dos estabelecimentos por condição legal do produtor em relação às terras, residência da pessoa que dirige o estabelecimento, associação à cooperativa e/ou entidade de classe, orientação técnica e origem da orientação técnica - (MDA). [S. l.], 2006f. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2174>. Acesso em: 21 abr. 2025.

IBGE. Censo Agropecuário 2017: Tabela 6754 - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, condição legal das terras, grupos de atividade econômica e grupos de área total. [S. l.], 2017i. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6754>. Acesso em: 22 abr. 2025.

IBGE. Censo Agropecuário 2017: Tabela 6755 - Número de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, por tipologia, sexo do produtor, escolaridade do produtor, conclusão do curso que frequentou, cor ou raça do produtor e classe de idade do produtor. [S. l.], 2017e. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6755>. Acesso em: 22 abr. 2025.

IBGE. Censo Agropecuário 2017: Tabela 6759 - Número de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, por tipologia, cor ou raça do produtor, condição do produtor em relação às terras, grupos de atividade econômica, origem da orientação técnica recebida e grupos de área total. [S. l.], 2017c. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6759>. Acesso em: 22 abr. 2025.



IBGE. **Censo Agropecuário 2017: Tabela 6762 - Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário, sexo da pessoa que dirige o estabelecimento (produtor ou administrador), finalidade principal da produção agropecuária do estabelecimento, renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento e residência da pessoa que dirige o estabelecimento.** [S. l.], 2017f. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6762>. Acesso em: 22 abr. 2025.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: Tabela 6778 - Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, existência de energia elétrica, condição do produtor em relação às terras, residência da pessoa que dirige o estabelecimento, grupos de atividade econômica e grupos de área total.** [S. l.], 2017h. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6778>. Acesso em: 17 abr. 2025.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: Tabela 6847 - Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, uso de adubação, sexo do produtor, classe de idade do produtor, escolaridade do produtor e forma de obtenção de informações técnicas recebidas pelo estabelecimento.** [S. l.], 2017f. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6847>. Acesso em: 22 abr. 2025.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: Tabela 6878 - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, grupos de atividade econômica, sexo do produtor, classe de idade do produtor e condição do produtor em relação às terras.** [S. l.], 2017b. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6878>. Acesso em: 21 abr. 2025.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: Tabela 6880 - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, grupos de atividade econômica, tipo de prática agrícola e grupos de área total.** [S. l.], 2017d. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6880>. Acesso em: 22 abr. 2025.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: Tabela 6885 - Número de estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado, total, com laço e sem laço de parentesco com o produtor e Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com laço e sem laço de parentesco com o produtor, total, permanentes, temporários e parceiros, por tipologia, sexo, faixas de idade e grupos de área total.** [S. l.], 2017c. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6885>. Acesso em: 21 abr. 2025.

LIBRELATO, F. R.; SHIKIDA, S. A. R. L. Segurança alimentar: Um estudo multidisciplinar de qualidade do filé de tilápia comercializado no município de Toledo-PR. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 9, n. 2, 2005. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/309>. Acesso em: 30 abr. 2025.

LIMA, A. F.; SILVA, E. G. D. A.; IWATA, B. D. F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 22, n. 1, p. 50–68, 2019. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/332>. Acesso em: 16 abr. 2025.





LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Transformações da agricultura brasileira desde 1950. **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, v. 22, n. 2, 2019. Disponível em: <https://hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/632>. Acesso em: 16 abr. 2025.

MAGRO, G. P. D.; OLIVEIRA, L. de; SOUZA, A. R. L. de. O IMPACTO DO CRÉDITO NA ATIVIDADE RURAL BRASILEIRA. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 23, n. 1, p. 127–141, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/19243>. Acesso em: 17 abr. 2025.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. suppl 1, p. 63–84, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 16 abr. 2025.

PINTO, N. D. F.; FREITAS, V. P. D. HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: CONTEXTO LEGAL E A APLICABILIDADE DA INTERNET DAS COISAS. **Revista Jurídica Cesumar - Mestrado**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 687–703, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/10037>. Acesso em: 16 abr. 2025.

PRESTES, A. F. *et al.* AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO SUL DO BRASIL – CENSOS DE 2006 E 2017. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 26, n. 2, p. 246–262, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/28797>. Acesso em: 17 abr. 2025.

RIBEIRO, V. *et al.* TILAPICULTURA NO BRASIL: UMA ANÁLISE REGIONAL A PARTIR DE INDICADORES DE UPGRADING /Brazilian Tilapia production: A regional analysis using upgrading indicators. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 28, n. 1, p. 366–383, 2024. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/32644>. Acesso em: 30 abr. 2025.

RIPPEL, R. TOLEDO NO PARANÁ: 75 ANOS DE TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS - 1946 – 2021. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 26, n. 3, p. 81–101, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/29810>. Acesso em: 30 out. 2024.

SANTOS, L. F. D. *et al.* ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MARANHÃO, TOCANTINS, PIAUÍ E BAHIA (MATOPIBA): O ÍNDICE DE GINI TERRAS NOS ANOS 2000. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 24, n. 92, p. 42–56, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/62813>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SCHNEIDER, M. B. **Políticas públicas de combate à fome: a trajetória dos Restaurantes Populares de Toledo/PR**. Cascavel, PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2022.

SILVA, C. L. da; ZERBATO, C. C.; ROCHA JR, W. F. D. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Paranaense entre 1996 e 2006. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 14, n. 2, p. 39–59, 2010. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/3825>. Acesso em: 17 abr. 2025.





STADUTO, J. A. R.; KRETER, A. C. A questão agrária e o mercado de trabalho rural no Brasil. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 18, n. 1, p. 177–192, 2014. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/9283>. Acesso em: 17 abr. 2025.

STADUTO, J. A. R.; PASSINI, J. J.; SANTOS, L. P. Impacto da agroindústria rural na sustentabilidade da agricultura familiar: um estudo do oeste do Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 62, p. e268581, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/xx5Lvrf7sG5Sg3xGrCFqwgb/?lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2025.

STOFFEL, J.; RAMOS, G. F.; RAMBO, A. G. A contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento rural sustentável: um estudo de caso em Jóia/RS/Brasil. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 22, n. 60, p. e14331, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/14331>. Acesso em: 16 abr. 2025.

TAVELLA, L. B. *et al.* O USO DE AGROTÓXICOS NA AGRICULTURA E SUAS CONSEQUÊNCIAS TOXICOLÓGICAS E AMBIENTAIS. **AGROPECUÁRIA CIENTÍFICA NO SEMIÁRIDO**, Campina Grande, v. 7, n. 2, p. 06–12, 2012. Disponível em: <https://acsa.revistas.ufcg.edu.br/acsa/index.php/ACSA/article/view/135>. Acesso em: 16 abr. 2025.

Recebido em: 15/04/2025

Aprovado em: 27/06/2025

